

T. V. Dijk (org.) – *Racismo e discurso na América Latina*

São Paulo: Contexto, 2008.

João Vianney Cavalcanti Nuto

O fato de um livro sobre o racismo ter sido organizado por um lingüista revela um ramo fecundo da Lingüística contemporânea: os estudos do discurso. Este ramo implica um alargamento do campo dos estudos lingüísticos, que já foi limitado à estrutura da língua, depois incluiu as variações regionais e sociais do seu uso, o funcionamento lingüístico da mente humana, as características formais do texto e, enfim, o processo discursivo. A análise do discurso ultrapassa as fronteiras do sistema lingüístico ou textual, dando a devida atenção à singularidade da *parole*, desprezada pelo estruturalismo. Mas a chamada análise crítica do discurso – desenvolvida, a partir de 1990, por Norman Fairclough Teun van Dijk, Gunter Kress, Theo van Leeuwen e Ruth Wodk, entre outros – vai mais além. Ultrapassando a investigação das condições formais da produção e recepção dos discursos, analisa, sobretudo, as relações entre discurso e poder, explorando as conseqüências do fato de a língua ser o produto social da faculdade da linguagem.

Racismo e discurso na América Latina, organizado por Teun van Dijk, amplia o alcance das pesquisas que resultaram em seu livro sobre o discurso racista na Espanha, entre outras obras. Em consonância com a amplitude do objeto, o livro é fruto de um trabalho coletivo distribuído entre vários pesquisadores de diversos países latino-americanos e apresenta reflexões e conclusões sobre o discurso racista em oito países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Guatemala, México, Peru e Venezuela. Tendo em vista o fato de que qualquer atividade humana é expressa discursivamente, a interdisciplinaridade é desejável quando se avança do âmbito do sistema lingüístico para a prática discursiva. Assim – considerando a complexidade desse fenômeno social que é o racismo – o livro traz a contribuição interdisciplinar de lingüistas, sociólogos antropólogos, entre outros cientistas sociais.

Partindo de panoramas históricos que remontam à colonização ibérica, os estudos revelam traços históricos comuns: a interrelação entre preconceito racial e de classe, fruto de um longo período de construção de desigualdades; a segregação das etnias não-européias; a disseminação de um discurso de base positivista e darwinista, que defende a tese da desigualdade das raças; o

conceito de racialização (ênfase nos aspectos do biótipo em detrimento dos aspectos culturais); a ideologia da democracia racial. No entanto, pode-se verificar que os estudos coligidos privilegiam a dimensão simbólica, discursiva, do racismo, a começar pela recorrência, implícita ou explícita a um conceito elaborado por Teun van Dijk, o de “elites simbólicas”, aquela faixa da população que elabora os discursos mais respeitados pela sociedade: autoridades políticas, judiciais e administrativas; professores, jornalistas, escritores, intelectuais em geral. Nessa dimensão, os estudos analisam aspectos como a exclusão simbólica; a segregação simbólica por meio do recurso ao pronome “eles”, por oposição a “nós”; a naturalização da desigualdade; a estereotipia; a associação recorrente das minorias raciais a ações tidas como anti-sociais ou não-civilizadas; o recurso à voz passiva analítica quando se refere a ações contra as minorias, tornando vagos os agentes responsáveis, entre outras. Esses aspectos são consequência de um grupo de atitudes, segundo Teun van Dijk: a) ênfase nos aspectos positivos do “Nós”, do grupo de dentro; b) ênfase nos aspectos negativos do “Eles”, do grupo de fora; c) pouca atenção aos aspectos positivos do “Eles”; d) pouca atenção aos aspectos negativos do “Nós”. Os estudos também abrangem certa variedade de discursos racistas, incluindo o discurso político, o jornalismo, o livro didático, a literatura adulta, a literatura infantil, o cinema e a conversação cotidiana.

Além da base histórica e de aspectos comuns, o confronto das análises revela também as particularidades de cada país, tanto na sua composição étnica quando na forma de lidar com o racismo em função de acontecimentos políticos específicos. No primeiro caso, a Argentina, o estudo aponta a exclusão simbólica da população afro-descendente. Afetando a população afrodescendente por exclusão, o racismo argentino dirige-se explicitamente à população indígena e aos imigrantes de países vizinhos.

Semelhante exclusão também acontece na Colômbia, cuja ampla população de origem africana é constantemente negada, embora sua presença se torne cada vez mais evidente na capital por causa das migrações. No que diz respeito à população indígena, a exclusão simbólica ocorre pela pouca relevância dada à sua participação como agentes históricos da construção da nação, incluindo a confusão entre minoria numérica e minoria política, dando a impressão de que os indígenas são menos numerosos que na realidade. Negros e índios costumam ser apresentados como populações-problema, pouco afeitas aos valores tidos como civilizados.

Ao contrário do estudo sobre a Argentina, o trabalho sobre o Brasil concentra-se principalmente na população negra, o que se explica, em parte, pela população de origem indígena ser mais reduzida e menos disseminada no território brasileiro. Mas a presença maciça do afrodescendente no Brasil – cuja população negra é a segunda do mundo – não impede a exclusão simbólica, conforme dados que apontam um tratamento superficial de personagens negros na literatura, bem como pouca divulgação dos autores negros no sistema literário brasileiro, a ponto de a literatura praticada por afro-descendentes ter sido chamada de “literatura silenciosa”. O estudo também aponta o surgimento de uma literatura engajada negra, ainda pouco conhecida pelo público brasileiro em geral, praticada por autores como Solano Trindade e Abdias do Nascimento. A exclusão simbólica é maior na literatura infantil e no livro didático, em que os personagens negros, além de serem muito poucos, são muito estereotipados e têm pouca participação nos enredos. Embora ainda haja muito por fazer, o panorama do problema racial no Brasil aponta alguns avanços desde as primeiras leis de combate ao racismo, a partir de 1940. No âmbito institucional, o ensaio destaca, a criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial da nomeação de cinco ministros negros pelo Governo Lula.

Já no Chile, a presença marcante é do índio, especialmente da etnia mapuche. No caso chileno são estudadas as estratégias semânticas do discurso racista, em que se analisam a exclusão simbólica e a estereotipia, por meio de recursos lexicais e sintáticos que distinguem a maneira como as elites simbólicas referem-se a seu próprio grupo e aos “outros”. Ainda mais marcante e a presença do índio na Guatemala, um dos países latino-americanos com maior população indígena, especialmente grupos da etnia maia. O estudo sobre a Guatemala indica a enorme desigualdade econômica e social entre indígenas e descendentes de europeus, resultado de dois processos racistas: a segregação e a discriminação. O trabalho aponta também o exacerbamento do racismo durante a crise da dominação oligárquica, como reação ao Movimento Popular Revolucionário. Esse período – em que o racismo manifestou-se abertamente em todas as instituições do Estado – foi marcado intensas violações aos direitos humanos e discriminação com base em conceitos religiosos. Esta situação só melhorou recentemente, com a assinatura do Acordo de Identidade e Direitos dos Povos Indígenas e com a criação, por pressão dos interessados, de instituições voltadas para o combate à segregação racial.

No caso do México, destaca-se a grande variedade cultural do país, distribuída entre os brancos de ascendência espanhola, as diversas etnias indígenas, uma larga presença da raça negra, além da contribuição das imigrações mais recentes. Apesar das manifestações explícitas contra certos grupos, como os indígenas, os chineses e os judeus, o México desenvolveu uma ideologia da mestiçagem, como uma forma de democracia racial, o que contribui para acobertar as práticas racistas. No México, as migrações de origem interna e externa têm criado um espírito de racismo e xenofobia, em que, muitas vezes, o migrante de determinada região do país é tratado como estrangeiro indesejável em outra. Ao longo da história, o discurso racista, no México, diferenciou o tratamento dado a rebeldes e submissos, recomendando o extermínio daqueles e receitas paternalistas para estes.

No Peru, o racismo também não é admitido oficialmente. Nas entrevistas com membros das elites, o racismo manifesta-se em sua própria negação, uma vez que se tomam como naturais as condições de inferioridade dos indígenas. Por se considerarem cristãos e democratas, os entrevistados, em sua maioria, não aceitam o próprio racismo. A persistência do pensamento e das práticas racistas no Peru contemporâneo – como nos países colonizados, de maneira geral – resulta de um processo que foi denominada “colonialidade do poder”, em que os conquistadores e seus descendentes oprimem, material e simbolicamente, as etnias colonizadas. Desse processo resulta a grande desigualdade social relacionada com as diferenças étnicas, pois 70% dos lares indígenas peruanos são pobres.

O discurso da harmonia racial pela mestiçagem também é marcante na Venezuela, chamada país “café-com-leite”. Segundo um dos autores citados pelo estudo, a noção de mestiçagem, na Venezuela, comporta as seguintes conotações: como conceito progressista, como termo ideológico e como termo demagógico. No primeiro caso, a mestiçagem aparece como um ideal de igualdade futura que não reconhece nem problematiza o racismo na contemporaneidade. No segundo caso, serve para ocultar o racismo existente com a alegação de que todos são mestiços. No terceiro caso, o sentido ideológico é utilizado pragmaticamente para justificar discursos igualitários demagógicos.

Os discursos analisados em todos os ensaios revelam o caráter mais insidioso da ideologia racista, que é a naturalização das desigualdades – resultado de sua recepção recorrente e automatizada. Ao desconstruírem a dicotomia

nós/outros e a hierarquia racial, por meio tanto da visão histórica quanto pela análise de variados tipos de discurso, os ensaios reunidos contribuem, com seu rigor teórico e analítico, para uma percepção crítica do processo racista, um passo importante para a mudança, já que o discurso não é um simples reflexo das relações de poder: é um poder em si mesmo, capaz de influenciar nas percepções, emoções e ações concretas.